

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

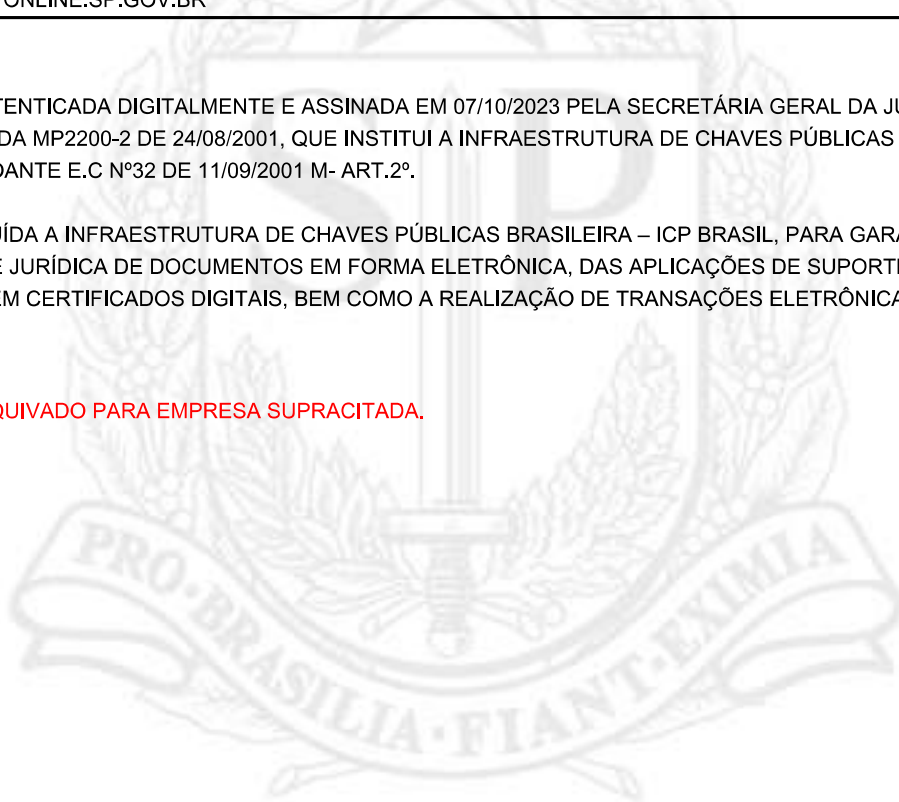
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL IDENTURE BRASIL - ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35260975779	CNPJ 50.029.301/0001-16	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.191.625/23-0	DATA DO ARQUIVAMENTO 06/10/2023

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 07/10/2023	HORA DE EXPEDIÇÃO 14:41:41	CÓDIGO DE CONTROLE 222052502
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 07/10/2023 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARIA CRISTINA FREI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPP2330979527



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Alteração de Atividades/Objeto		
NOME EMPRESARIAL IDENTURE BRASIL - ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA		PORTE Demais
LOGRADOURO RODOVIA GASTAO DAL FARRA		NÚMERO SN
COMPLEMENTO KM 07	BAIRRO/DISTRITO JARDIM AEROPORTO	CEP 18605525
MUNICÍPIO BOTUCATU		UF SP
E-MAIL contato@jpnassessoria.com.br		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	CNPJ - SEDE 50029301000116	NIRE - SEDE 35260975779
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: JULIO CESAR CHAVES PONTON - Responsável DATA ASSINATURA: ASSINATURA: 		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 243,93 DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

28/09/2023

Página 1 de 1



INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

IDENTURE BRASIL - ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA

CNPJ: 50.029.301/0001-16

NIRE 35.260.975.779

ANDERSON PIRES MACORIN, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, nascido em 20/05/1976, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.623.674-4/SSP-SP, inscrito no CPF/MF no 248.542.618-03, residente na Rua Berta Krahembull Magnusson, 199, Terras de Itaici, Município de Indaiatuba/SP, CEP 13341-640;

SÉRGIO LUIZ BELEM FERREIRA JUNIOR, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 08/11/1996, Profissão Técnico de Prótese Dentária, Portador da DNI RG e CPF nº 033.761.550-03, Rua Major Navarro Lins, nº 1087, bairro Anita Garibaldi, Município de Joinville/SC, CEP 89203-500, e

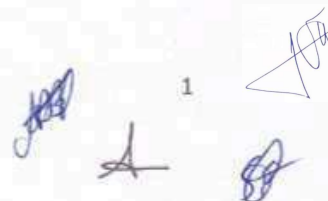
ANA PAULA BERNARDO DE LIMA, Brasileira, solteira, maior, nascida em 27/04/1988, Analista de georreferenciamento, RG nº 63.873.495-2, CPF 089.828.286-13, Rua Prof Padua Fleury, nº 135, Município de São Paulo/SP, CEP 02374-100;

Únicos sócios da empresa "**IDENTURE BRASIL - ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA**", desta Cidade de Botucatu – Estado de São Paulo, Rodovia Gastão Dal Farra, SN – KM 07, CEP 18605-525 – Bairro Jardim Aeroporto, inscrita no CNPJ nº 50.029.301/0001-16, Sociedade Empresária Limitada, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.260.975.779, resolvem alterar as cláusulas abaixo, consolidando o contrato social, sobe as seguintes condições:

A – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL:

CLÁUSULA TERCEIRA – A sociedade terá por objeto a exploração das atividades operacionais de (I) Serviços de prótese dentária e Impressão de moldes dentários – **CNAE 3250-7/06**; (II) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica Específica – **CNAE 7020-4/00**; (III) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial – **CNAE 8599-6/04**; (IV) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários – **CNAE 7490-1/04**; (V) Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador – **CNAE 7739-0/02**; e (VI) Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle – **CNAE 3312-1/02**.

1



B – DA NOVA REDAÇÃO SOCIAL

Resolvem os sócios promoverem a Consolidação Contratual como seguem:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

IDENTURE BRASIL - ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA

CNPJ: 50.029.301/0001-16

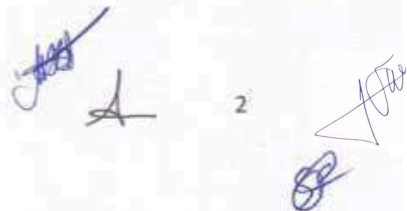
NIRE 35.260.975.779

ANDERSON PIRES MACORIN, brasileiro, casado com regime de comunhão parcial de bens, nascido em 20/05/1976, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.623.674-4/SSP-SP, inscrito no CPF/MF no 248.542.618-03, residente na Rua Berta Krahembull Magnusson, 199, Terras de Itaici, Município de Indaiatuba/SP, CEP 13341-640;

SÉRGIO LUIZ BELEM FERREIRA JUNIOR, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 08/11/1996, Profissão Técnico de Prótese Dentária, Portador da DNI RG e CPF nº 033.761.550-03, Rua Major Navarro Lins, nº 1087, bairro Anita Garibaldi, Município de Joinville/SC, CEP 89203-500, e

ANA PAULA BERNARDO DE LIMA, Brasileira, solteira, maior, nascida em 27/04/1988, Analista de georreferenciamento, RG nº 63.873.495-2, CPF 089.828.286-13, Rua Prof Padua Fleury, nº 135, Município de São Paulo/SP, CEP 02374-100,

Únicos sócios da empresa **"IDENTURE BRASIL - ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA"**, desta Cidade de Botucatu – Estado de São Paulo, Rodovia Gastão Dal Farra, SN – KM 07, CEP 18605-525 – Bairro Jardim Aeroporto, inscrita no CNPJ nº 50.029.301/0001-16, Sociedade Empresária Limitada, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE nº 35.260.975.779, consolida as cláusulas a seguir:



CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade gira sob a denominação social de “IDENTURE BRASIL – ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA.”, sociedade empresária, sob o tipo jurídico de sociedade limitada, regida pelo disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), no que dispõe os seus artigos 1.052 e seguintes, e, nas omissões, pelas normas da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), e posteriores alterações e disposições legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – A sede da sociedade será na ASSOCIAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO BOTUCATU, Rodovia Gastão Dal Farra, S/N – km 07, Botucatu (SP),

Parágrafo Primeiro – A sociedade a critério de seus sócios poderá abrir, manter filiais, sucursais, escritórios administrativos e depósitos em qualquer localidade do País ou no Exterior, conforme exigirem os interesses sociais.

Parágrafo Segundo – As filiais poderão ser extintas por decisão dos sócios que representem a maioria do capital social ou na ocorrência da extinção do estabelecimento sede.

CLÁUSULA TERCEIRA – A sociedade tem por objeto a exploração das atividades operacionais de (I) Serviços de prótese dentária e Impressão de moldes dentários – CNAE 3250-7/06; (II) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica Específica – CNAE 7020-4/00; (III) Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial – CNAE 8599-6/04; (IV) Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários – CNAE 7490-1/04; (V) Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador – CNAE 7739-0/02; e (VI) Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle – CNAE 3312-1/02.

CLÁUSULA QUARTA – A sociedade teve início de suas atividades em 20/03/2023, registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e seu prazo de duração é indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E QUOTAS

CLÁUSULA QUINTA – O capital social subscrito é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas sociais no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em bens imóveis e moeda corrente nacional, pelos sócios, da seguinte forma:



3



Nomes dos Sócios	Quotas	Part. %	Valor (R\$)
Anderson Pires Macorin	12.000	40,0	12.000,00
Sérgio Luiz Belem Ferreira Junior	6.000	20,0	6.000,00
Ana Paula Bernardo de Lima	12.000	40,0	12.000,00
Total	30.000	100,00	30.000,00

Parágrafo Primeiro – Nos termos do artigo 1.052, do Código Civil/2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA – À cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais, as quais dependerão da aprovação dos sócios representando a maioria do capital social, salvo nas hipóteses que a lei exigir quórum qualificado.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – A administração da sociedade competirá ao sócio **Anderson Pires Macorin**, o qual usará a denominação de **Administrador** e poderá ou não receber pelo exercício da administração uma quantia mensal a título de retirada “Pró-Labore”, cujo valor será fixado por decisão dos sócios que representem à maioria do capital social.

Parágrafo Único – Em caso de ausência ou impedimento legal do Administrador, a sociedade será imediatamente administrada pelos sócios **Sérgio Luiz Belem Ferreira Junior e Ana Paula Bernardo de Lima**, de forma conjunta para todos os aspectos, enquanto perdurar a ausência ou o impedimento.

CLÁUSULA OITAVA – Ao **Administrador** ou ao procurador por eles nomeados, caberão as práticas dos atos necessárias ou convenientes à administração da sociedade, para tanto, dispondo eles, entre outros os poderes indicados para:

- a) a representação da sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, inclusive perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais ou autárquica;
- b) a administração, orientação e direção dos negócios sociais, inclusive a compra, venda, troca ou alienação por qualquer outra forma, de bens móveis, imóveis ou participações societárias da sociedade, determinando os respectivos termos, preços e condições;

- c) a assinatura de qualquer documento, mesmo quando importem em responsabilidade ou obrigações da sociedade, inclusive escrituras, títulos de dívidas cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros, assim como a constituição de ônus de qualquer natureza sobre os bens de propriedade da sociedade, ou a prestação de garantias, inclusive fiança ou aval, a sócios, a empresas ligadas, dentro dos interesses sociais.

Parágrafo Único – A outorga de poderes aos procuradores será obrigatoriamente feita com a fixação do tempo de validade para a conferência de poderes “ad negotia”, sendo por tempo indeterminado as que contiverem poderes “ad judicia”.

CLÁUSULA NONA – Os poderes para comprar, vender, hipotecar ou de qualquer outro modo, alienar ou gravar bens imóveis ou participações societárias da sociedade, bem como a constituição de ônus de qualquer natureza sobre os bens de propriedade da sociedade, ou a prestação de garantias, fiança ou aval, a sócios ou a empresas ligadas, serão exercidos pelo sócio Administrador **Anderson Pires Macorin** ou através de procuradores com poderes específicos e especiais por ele designados.

CLÁUSULA DÉCIMA – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade, os atos de quaisquer dos sócios, administradores, procuradores, prepostos ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como: fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os atos, contratos e documentos que importem em responsabilidade para a sociedade ou que desonerem terceiros de responsabilidade para com ela, bem como a emissão de cheques, o aceite e o endosso de títulos de crédito de qualquer natureza e a emissão e saques serão sempre assinados:

- a) Isoladamente, pelo sócio, ora **ADMINISTRADOR, Anderson Pires Macorin**;
- b) Conjuntamente, por um administrador e por um procurador, quando assim forem designados pelo **ADMINISTRADOR**, nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a especificação dos poderes que neles contiverem, de acordo com a extensão e limites de seus poderes e responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O **ADMINISTRADOR**, na qualidade de sócio declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



5



CAPÍTULO IV
DO EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o **ADMINISTRADOR** prestará contas justificadas do exercício da administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Primeiro – Os lucros auferidos no decorrer do ano-calendário, antes do encerramento do exercício social, poderão ser livremente disponibilizados aos sócios, atendidas as condições determinadas pela legislação do Imposto de Renda vigente.

Parágrafo Segundo – Os sócios poderão distribuir lucros de forma não proporcional ou desproporcional a participação representativa do capital social.

CAPÍTULO V
DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS, FALECIMENTO, FALÊNCIA E IMPEDIMENTO DO SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – As quotas do capital social não poderão ser cedidas, alienadas, penhoradas ou oferecidas em garantia, total ou parcialmente, por qualquer forma e título, a terceiros estranhos à sociedade, sem o consentimento dos demais sócios, respeitado o direito de preferência assegurado aos sócios, nos termos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A sociedade não se dissolverá por morte, ou falência de sócio, continuando como sociedade empresária, ou com a entrada de novos sócios e, no caso de morte, com os sucessores ou o cônjuge meeiro do sócio falecido, nas condições previstas nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro – Caso o herdeiro, sucessor ou cônjuge meeiro do sócio falecido não sejam quotistas da sociedade, poderão nela ingressar, observando-se o que for decidido na partilha do espólio, desde que comuniquem, por escrito, aos sócios remanescentes sua intenção, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da abertura do inventário, e desde que seja aceita sua participação na sociedade pelos sócios remanescentes.

Parágrafo Segundo – Por decisão representada pela maioria absoluta do capital social, poderão ser recusadas as admissões na sociedade como sócios os herdeiros, sucessores ou o cônjuge meeiro do sócio falecido. Verificada essa hipótese, nos 30 (trinta) dias seguintes a recusa por escrito, deverá ser levantado o Balanço Patrimonial, com base na data do falecimento do sócio para apuração de sua parte no patrimônio líquido a valor de mercado. O

valor da participação do sócio falecido, assim apurado, será pago ao espólio em 12 (doze) parcelas corrigidas pela variação do IPC, vencendo-se a primeira 180 (cento e oitenta) dias a contar do encerramento do referido balanço.

Parágrafo Terceiro – Na elaboração do balanço referido no parágrafo anterior não serão computados os lucros ou perdas posteriores à data do falecimento do sócio, se não forem consequência direta de atos anteriores àquela data.

Parágrafo Quarto – As quotas reembolsadas aos sucessores, herdeiros e/ou cônjuge meeiro, poderão ser pagas pela própria sociedade, reduzindo-se o valor do capital social, nas condições previstas em lei, ou ainda, adquiridas pelos sócios remanescentes, na proporção de suas respectivas participações no capital social, ou por terceiros, mediante concordância dos sócios remanescentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em caso de separação judicial ou divórcio de algum sócio em que por partilha haja alteração da titularidade das quotas, o cônjuge que receber quotas sociais poderá ser admitido na sociedade ou terá suas quotas reembolsadas na forma prevista na cláusula décima oitava e seus parágrafos deste instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Na vigência deste instrumento, ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios, ou mesmo por decisão de sócios que representem a maioria absoluta do capital social, será este excluído da sociedade mediante alteração contratual e seus direitos e haveres serão pagos na forma descrita da cláusula décima sexta e seus parágrafos deste contrato social.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Respeitando o disposto na cláusula décima quinta deste contrato social, o sócio que desejar alienar a terceiros, a qualquer título, suas quotas ou direitos de subscrição de novas quotas, deverá comunicar aos demais sócios sua intenção, por escrito, indicando o nome do pretendente e o valor ajustado para a alienação.

Parágrafo Primeiro – Nos trinta dias seguintes ao recebimento da notificação de que trata esta cláusula, os sócios poderão exercer seu direito de preferência para aquisição das quotas ou direitos de subscrição ofertados, na proporção das que possuem.

Parágrafo Segundo – Decorrido o prazo a que se refere o parágrafo primeiro supra, sem que seja exercido o direito de preferência, a venda poderá ser contratada com o ofertante, nos 90 (noventa) dias subsequentes, nas exatas condições da oferta. Decorrido esse prazo sem que se efetive a cessão, para que a mesma possa se efetuar, deverá ser renovado o procedimento estabelecido nesta cláusula.



CAPÍTULO VI

DA REUNIÃO DOS SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Os sócios deverão realizar reunião ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término de cada exercício social, com o objetivo de examinar as contas da administração, deliberar sobre o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, sobre a destinação do resultado do exercício e trata de quaisquer assuntos incluídos na ordem do dia.

Parágrafo Primeiro – A reunião deverá ser convocada por escrito, com antecedência mínima de quinze (15) dias, ficando dispensada esta formalidade quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Segundo – A reunião dos sócios instalar-se-á com a presença, em primeira convocação, de sócios que representem $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, ou em segunda convocação com qualquer número de sócios presentes.

Parágrafo Terceiro – A sociedade poderá, mediante deliberação social através de reunião que represente mais de 50% do capital social, determinar a exclusão de sócio por justa causa nos termos dos artigos 1.085 a 1.086 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

- I) Entende-se por justa causa, a prática de atos lesivos a terceiros, como emissão de cheques sem a devida provisão, inadimplência pessoal, conduta inadequada no meio social e ainda, em mora com a sociedade na integralização de capital ou qualquer outro pagamento decidido em reuniões dos sócios.
- II) Ocorrendo fato dessa natureza, será convocada reunião específica, nos termos do parágrafo 2º da Cláusula 19ª, comunicando-se ao sócio nessa condição, concedendo-lhe prazo para que possa defender-se adequadamente até a realização da reunião.
- III) Deliberando a reunião pela exclusão, os haveres do sócio que for excluído, serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo índice de variação aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço especial levantado para este fim, na data de exclusão.
- IV) Quando a exclusão ocorrer em virtude de não integralização de capital, far-se-á a restituição, apenas dos valores pagos. Não havendo qualquer integralização, ao sócio excluído não caberá qualquer direito.

Parágrafo Quarto – Fica dispensada a reunião de sócios, quando estes, representando pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, decidirem por escrito, sobre as matérias objeto de


A

8





apreciação e deliberação, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 1072 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Quinto – As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas em reunião dos sócios.

Parágrafo Sexto – A cada reunião dos sócios será lavrada uma ata sumária, relatando as ocorrências e as deliberações tomadas, devendo ser assinada pelos sócios presentes e registrada em órgão competente. A sociedade fica desobrigada a manter "Livro de Atas das Reuniões dos Sócios".

Parágrafo Sétimo – Nas reuniões de sócios, o sócio poderá ser representado por outro sócio ou procurador, mediante a exibição do instrumento de mandato outorgado para a finalidade específica.

CAPÍTULO VII

DO FORO CONTRATUAL





CLÁUSULA VIGÉSIMA – Fica eleito o foro da Comarca de Botucatu, Estado de São Paulo, para ajuizar qualquer ação decorrente do presente Contrato Social.

CAPÍTULO VIII

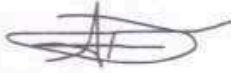
DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Os casos omissos neste instrumento contratual serão regidos pelo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), e, no que forem aplicáveis, pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), e, na omissão, pela analogia, costumes e princípios gerais de direito.

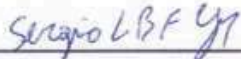
E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em três vias, impressas por sistema de processamento de dados, de um só lado, de mesma forma e de igual teor, para um só efeito que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, obrigando-se a si, seus herdeiros ou sucessores a cumprir e fazer cumprir fielmente todos os seus expressos termos.

  9 


Botucatu, 28 de setembro de 2023.



ANDERSON PIRES MACORIN



SERGIO LUIZ BELEM FERREIRA JUNIOR



ANA PAULA BERNARDO DE LIMA



JOSÉ CARLOS FERREIRA NETO
OAB/SP nº274.643

DECLARAÇÃO

Eu, ANDERSON PIRES MACORIN, portador do Documento de Identificação nº 256236744, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 24854261803, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa IDENTURE BRASIL - ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) RODOVIA GASTAO DAL FARRA, SN KM 07 - Bairro: JARDIM AEROPORTO, Botucatu - SP CEP 18605525, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.



ANDERSON PIRES MACORIN (Sócio-Administrador)

256236744

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu **JULIO CESAR CHAVES PONTON** com inscrição ativa na(o) Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº **1SP252204**, expedida em **11/12/2006**, inscrito no CPF nº 20157498883, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original. Documentos apresentados:

Arquivo de Alteração

Arquivo de Outros (Docs. privados)

São Paulo, 04/10/2023.

JULIO CESAR CHAVES PONTON

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2330979527** de Alteração de Atividades/Objeto e Alteração de Dados da empresa **IDENTURE BRASIL - ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Aline Barbosa de Lima**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 06/10/2023.

Aline Barbosa de Lima, CPF: 32106751800

Este documento foi assinado digitalmente por Aline Barbosa de Lima e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2330979527.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **IDENTURE BRASIL - ODONTOLOGIA DIGITAL LTDA de NIRE 35260975779**, protocolizado sob o número **SPP2330979527** em **06/10/2023**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1191625230**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Maria Cristina Frei**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 06/10/2023.

Maria Cristina Frei, CPF: 14804696881

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP

Fone: (11) 3468-3080

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 28/09/2023 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
---------------	-----	-------------	-------------

Capa Declaração - Jucesp.pdf

JULIO CESAR CHAVES PONTON	20157498883	04/10/23 11:55	AC SOLUTI Multipla v5 / PDF-1.7
------------------------------	-------------	----------------	---------------------------------

Documentos - Jucesp.pdf

JULIO CESAR CHAVES PONTON	20157498883	04/10/23 11:55	AC SOLUTI Multipla v5 / PDF-1.7
------------------------------	-------------	----------------	---------------------------------

Arquivo de Declaração de Autenticidade.pdf

JULIO CESAR CHAVES PONTON	20157498883	04/10/23 11:55	AC SOLUTI Multipla v5 / PDF-1.4
------------------------------	-------------	----------------	---------------------------------

Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo N^o SPP2330979527